



Número: **0800186-18.2018.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **01/02/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
AILTON GONCALVES DOS SANTOS (AUTOR)	HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS (ADVOGADO) JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO (ADVOGADO) FERNANDO DE FREITAS BARBOSA (ADVOGADO) SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37619550	09/12/2020 11:39	Petição	Petição
37619552	09/12/2020 11:39	2696177_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_05	Outros Documentos
37619555	09/12/2020 11:39	2696177_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_04	Outros Documentos
37619556	09/12/2020 11:39	2696177_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_03	Outros Documentos
37619559	09/12/2020 11:39	2696177_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_02	Outros Documentos
37619560	09/12/2020 11:39	2696177_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos

EM ANEXO



Rio de Janeiro, 22 de Novembro de 2017

Carta nº: 11992744

A/C: AILTON GONCALVES DOS SANTOS

Nº Sinistro: 3170560731
Vitima: AILTON GONCALVES DOS SANTOS
Data do Acidente: 31/07/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: EDILSON RODRIGUES DOS SANTOS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: AILTON GONCALVES DOS SANTOS

Valor: R\$ 2.531,25
Banco: 001
Agência: 000002176-8
Conta: 000010018176-7
Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	2.531,25

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 =	R\$	2.531,25
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01759/01760 - carta_15R - INVALIDEZ

00020880



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170560731 **Cidade:** Itaporanga **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: AILTON GONCALVES DOS SANTOS **Data do acidente:** 31/07/2017 **Seguradora:** COMPREV SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DO FÊMUR DISTAL DIREITO

Descrição do exame médico pericial: APRESENTAVA LIMITAÇÃO DA FLEXÃO DO JOELHO EM 40°, LIMITAÇÃO DA EXTENSÃO FINAL EM 10°, APRESENTAVA TAMBÉM AUMENTO DE VOLUME EM PARTES ÓSSEA EM FACE LATERAL DO JOELHO DIREITO, ALTERAÇÃO DE SENSIBILIDADE (POSSIVELMENTE LESÃO DO NERVO SAFENO).

Resultados terapêuticos: PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 31/07/2017 COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DO FÊMUR DISTAL DIREITO. O MESMO FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA LIMPEZA DESBRIDAMENTO DEVIDO A LESÃO DE PARTES MOLES. FRATURA SEM INDICAÇÃO DE FIXAÇÃO DEVIDO A PEQUENA CESSÃO ÓSSEA EM CÔNDILO FEMORAL LATERAL. O MESMO PERMANECERU INTERNADO PARA ANTIBIOTICOTERAPIA E CURATIVOS PERMANECERU IMOBILIZADO POR UM PERÍODO DE 30 DIAS COM TALA INGUINO MALEOLAR. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E FEZ 4 SESSÕES DE FISIOTERAPIA.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do joelho direito

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 10/11/2017

Conduta mantida:

Observações: Nota do revisor: adequamos o ?PI? conforme relatório descritivo do médico examinador. Procedida avaliação médica na cidade de Pombal.

Médico examinador: Tiago Martins Formiga

CRM do médico: 8085

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

Médico revisor: SILVIO SZTRAJTMAN

CRM do médico: 40115

UF do CRM do médico: SP

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170560731 **Cidade:** Itaporanga **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: AILTON GONCALVES DOS SANTOS **Data do acidente:** 31/07/2017 **Seguradora:** COMPREV SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DO FÊMUR DISTAL DIREITO

Descrição do exame médico pericial: APRESENTAVA LIMITAÇÃO DA FLEXÃO DO JOELHO EM 40°, LIMITAÇÃO DA EXTENSÃO FINAL EM 10°, APRESENTAVA TAMBÉM AUMENTO DE VOLUME EM PARTES ÓSSEA EM FACE LATERAL DO JOELHO DIREITO, ALTERAÇÃO DE SENSIBILIDADE (POSSIVELMENTE LESÃO DO NERVO SAFENO).

Resultados terapêuticos: PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 31/07/2017 COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DO FÊMUR DISTAL DIREITO. O MESMO FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA LIMPEZA DESBRIDAMENTO DEVIDO A LESÃO DE PARTES MOLES. FRATURA SEM INDICAÇÃO DE FIXAÇÃO DEVIDO A PEQUENA CESSÃO ÓSSEA EM CÔNDILO FEMORAL LATERAL. O MESMO PERMANECERU INTERNADO PARA ANTIBIOTICOTERAPIA E CURATIVOS PERMANECERU IMOBILIZADO POR UM PERÍODO DE 30 DIAS COM TALA INGUINO MALEOLAR. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E FEZ 4 SESSÕES DE FISIOTERAPIA.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do joelho direito

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 10/11/2017

Conduta mantida:

Observações: Nota do revisor: adequamos o ?PI? conforme relatório descritivo do médico examinador. Procedida avaliação médica na cidade de Pombal.

Médico examinador: Tiago Martins Formiga

CRM do médico: 8085

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

Médico revisor: SILVIO SZTRAJTMAN

CRM do médico: 40115

UF do CRM do médico: SP

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3170560731 **Cidade:** Itaporanga **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: AILTON GONCALVES DOS SANTOS **Data do acidente:** 31/07/2017 **Seguradora:** COMPREV SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DO FÊMUR DISTAL DIREITO

Descrição do exame médico pericial: APRESENTAVA LIMITAÇÃO DA FLEXÃO DO JOELHO EM 40°, LIMITAÇÃO DA EXTENSÃO FINAL EM 10°, APRESENTAVA TAMBÉM AUMENTO DE VOLUME EM PARTES ÓSSEA EM FACE LATERAL DO JOELHO DIREITO, ALTERAÇÃO DE SENSIBILIDADE (POSSIVELMENTE LESÃO DO NERVO SAFENO).

Resultados terapêuticos: PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA 31/07/2017 COM DIAGNÓSTICO DE FRATURA DO FÊMUR DISTAL DIREITO. O MESMO FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA LIMPEZA DESBRIDAMENTO DEVIDO A LESÃO DE PARTES MOLES. FRATURA SEM INDICAÇÃO DE FIXAÇÃO DEVIDO A PEQUENA CESSÃO ÓSSEA EM CÔNDILO FEMORAL LATERAL. O MESMO PERMANECERU INTERNADO PARA ANTIBIOTICOTERAPIA E CURATIVOS PERMANECERU IMOBILIZADO POR UM PERÍODO DE 30 DIAS COM TALA INGUINO MALEOLAR. FOI ACOMPANHADO EM CARÁTER AMBULATORIAL E FEZ 4 SESSÕES DE FISIOTERAPIA.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do joelho direito

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 10/11/2017

Conduta mantida:

Observações: Nota do revisor: adequamos o ?PI? conforme relatório descritivo do médico examinador. Procedida avaliação médica na cidade de Pombal.

Médico examinador: Tiago Martins Formiga

CRM do médico: 8085

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			18,75 %	R\$ 2.531,25

PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

Médico revisor: SILVIO SZTRAJTMAN

CRM do médico: 40115

UF do CRM do médico: SP

Assinatura do médico:





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB

Processo: 08001861820188150211

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **AILTON GONCALVES DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o *quantum* indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

Frisa-se que aludido exame é realizado por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.531,25 (dois mil e quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requer a produção de nova prova pericial, nos termos dos art. 480 do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ITAPORANGA, 4 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

